MACAU EM TRANSIÇÃO - A PRESERVAÇÃO DA SUA IDENTIDADE NO PRÓXIMO SÉCULO *

*Ngai Mei Cheong ***

1. A TRANSIÇÃO POLÍTICA

Macau, uma pequena cidade com mais de 4 séculos, situada no lado ocidental do estuário do Rio das Pérolas, está a viver a sua transição histórica de um território administrado por Portugal para uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, depois de 20 de Dezembro de 1999.

A transição política foi especificada na Declaração Conjunta, assinada por Portugal e pela República Popular da China (R.P.C.), em 1987, e o seu estatuto político, para depois de 20 de Dezembro de 1999, foi posteriormente definido na Lei Básica de Macau, aprovada oficialmente em 1993 pelas autoridades de Pequim.

A Declaração Conjunta e a Lei Básica prometem a perpetuação da actual estrutura política, legal, judiciária, económica e social por mais 50 anos após 1999. Durante o período de transição, as instituições e os sistemas estipulados no Estatuto Orgânico de Macau têm de ser harmonizados com as exigências especificadas na Declaração Conjunta e na Lei Básica.

Em consequência da Revolução Portuguesa de 1974, que conduziu ao processo de descolonização, a estrutura política actual, especificada pelo Estatuto Orgânico de Macau, segundo a Constituição Portuguesa, contém mais ou menos o princípio ocidental de divisão do poder e de equilíbrio entre os órgãos da Administração, Legislativos e Judiciários, num sentido e forma limitada.

É menos democrática, comparada com os países ocidentais, visto o Governador de Macau deter o mais alto poder de decisão, sob o

* Discurso proferido no dia 29 de Maio de 1994 em Lisboa durante o Seminário «O Oriente, hoje — do Índico ao Pacífico», organizado pelo Instituto Oriental da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

** Director-Adjunto de *Administração*. Vice-Presidente do Instituto Cultural de Macau. Vice-Presidente da Associação das Ciências Sociais de Macau.

controlo directo do Presidente de Portugal, enquanto o poder legislativo de Macau é relativamente fraco em competências legislativas e de supervisão da Administração. Também o poder judicial não se encontra ainda completamente independente de Portugal.

Mas é mais «democrática» se comparada com Hong Kong, o qual em larga medida ainda mantém a sua estrutura colonial tal como foi estabelecido pela Carta Patente e Instrução Régia sob a autoridade da Rainha ou do Ministro de Estado do Reino Unido.

Embora Macau e Hong Kong sejam diferentes nos seus estatutos políticos, após 1997 e 1999 ser-lhes-á atribuído o mesmo estatuto, como Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China, mantendo-se, no entanto, aquelas diferenças, como é visível nas Leis Básicas dos dois territórios, as quais é interessante comparar.

O actual sistema político de Macau, descrito como «administração guiada» (a Administração tem um certo controlo sobre a função legislativa), é preferido pelas autoridades de Pequim ao modelo de «legislação guiada» (dando mais poderes ao órgão legislativo através de eleições directas e mudanças no sistema eleitoral), sistema que o Governador Chris Patten e os «democratas» em Hong Kong estão a esforçar-se por estabelecer antes e depois de 1997, levando ao actual impasse na disputa entre as autoridades de Londres e de Pequim.

1.1. A REFORMA DA LEGISLATURA

A preferência de Pequim pelo modelo de Macau pode-se ver no arranjo do primeiro termo da Assembleia Legislativa de Macau após 1999, como especificado na Lei Básica, ao manter-se a presente «ratio» na composição dos membros eleitos directa e indirectamente e mantendo-se o número dos membros nomeados até ao 2.º e 3.º termo. Através dos membros nomeados e dos indirectamente eleitos, o futuro Chefe do Executivo (Governador) nomeado por Pequim poderá ainda controlar facilmente a Assembleia Legislativa por maioria de voto. Este tipo de solução é bastante diferente do modelo de Hong Kong, no qual os membros nomeados ou indirectamente eleitos desaparecerão no 3.º termo após 1997, ou até antes, sendo assim mais difícil de controlar se a maioria dos membros eleitos directamente se opuserem ao Chefe do Executivo¹.

A Lei Básica de Macau, sendo diferente da de Hong Kong, omitiu o processo gradual para atingir o objectivo final de todos os legisladores serem eleitos através de «sufrágio universal». Nada se menciona sobre se Macau poderá vir a ter uma legislatura formada através de eleição geral².

¹ O número de legisladores e a composição da Assembleia Legislativa tanto em Hong Kong como em Macau estão estipulados no anexo II da Lei Básica para os dois territórios.

² O artigo 68.º da Lei Básica de Hong Kong especifica que «todos os membros da Assembleia Legislativa virão a ser eleitos finalmente através de sufrágio universal». Tal especificação não existe no artigo 69.º da Lei Básica de Macau.

O mesmo acontece com a eleição do Chefe do Executivo; a Lei Básica de Macau omitiu a provisão incluída na Lei Básica de Hong Kong, onde se especifica que haverá um processo gradual de «selecção democrática», representado por uma comissão eleitoral amplamente representativa e atingindo o objectivo final de eleger o Chefe do Executivo mediante «sufrágio universal»³.

Comparada com a Lei Básica de Hong Kong, a Assembleia Legislativa, estipulada pela Lei Básica de Macau, terá uma intervenção menor do que a sua congénere de Hong Kong, no que respeita à nomeação pelo Chefe do Executivo dos juizes responsáveis pelo Tribunal Superior de Justiça e pelo Ministério Público. Esta omissão é considerada negativa ao restringir o poder do Chefe do Executivo sobre o judiciário⁴.

A Lei Básica de Macau impõe uma restrição de 1/3 do total dos membros da Assembleia Legislativa, superior ao 1/4 na Lei Básica de Hong Kong, para que seja possível introduzir uma moção conjunta para poder acusar o Chefe do Executivo em caso de violação séria da lei e de falta de cumprimento de deveres. Esta é uma restrição adicional aos 2/3 da maioria de legisladores, número idêntico mencionado no Estatuto Orgânico de Macau, para aprovar uma moção de censura ao Chefe do Executivo⁵.

Uma outra restrição é imposta à Assembleia Legislativa, obrigando os seus membros a obter um acordo escrito do Chefe do Executivo, se quiserem apresentar moções referentes às políticas da Administração. Tal restrição não existe no Estatuto Orgânico de Macau⁶.

Estas provisões na Lei Básica de Macau indicam que o futuro Governo da Região Administrativa Especial manterá o poder dominante do Chefe do Executivo sobre a legislatura, com ainda mais restrições à Assembleia Legislativa no controlo e equilíbrio entre os poderes administrativo e legislativo.

Também revela, comparando as duas Leis Básicas, que o processo de democratização será mais lento em Macau do que em Hong Kong, embora Macau, presentemente, esteja teoricamente mais avançado do que as instituições políticas em Hong Kong. Mas na realidade, a Assembleia Legislativa em Macau é muito deficiente, observando-se uma baixa qualidade dos seus membros e uma participação diminuta dos cidadãos nas eleições locais e nas actividades políticas.

No que respeita à capacidade legislativa, ainda não se encontram peritos legais entre os membros chineses da legislatura, e a ajuda substancial a ser fornecida por grupos de peritos aos legisladores no

³ Comparar o artigo 45.º da Lei Básica de Hong Kong com o artigo 47.º da Lei Básica de Macau.

⁴ Comparar o artigo 73.º da Lei Básica de Hong Kong com o artigo 71.º da Lei Básica de Macau.

⁵ Comparar a alínea 9 do artigo 73.º da Lei Básica de Hong Kong e a alínea 7 do artigo 71.º da Lei Básica de Macau e o artigo 36.º, alínea 2, cláusula b) do Estatuto Orgânico de Macau.

⁶ Ver o artigo 75.º da Lei Básica de Macau.

desempenho de trabalhos de pesquisa, investigação e redacção das leis, é ainda muito deficiente. É por tudo isto que mais do que 2/3 das leis necessárias ao Território, desde a criação da Assembleia Legislativa em 1976, têm sido feitas pelo Governador, sob a forma de decretos-leis. Este poder legislativo do Governador tem sido providenciado pelo Estatuto Orgânico.

Porém, a Declaração Conjunta e a Lei Básica estipulam que o poder de legislar deve estar exclusivamente nas mãos do órgão legislativo após 1999. O Chefe do Executivo perderá o poder de legislar, mantendo apenas o poder de emissão de «regulamentos administrativos», o que é mais ou menos idêntico às «portarias» e «despachos» actuais do Governador. O Chefe do Executivo será apoiado pelo Conselho Executivo, mais poderoso do que o actual Conselho Consultivo do Governador, visto que o primeiro é um organismo decisório do Chefe do Executivo, e não apenas consultivo, como no caso do último⁷.

A questão é: será a Assembleia Legislativa suficientemente forte para tomar a seu cargo o poder legislativo do Governador ao fazer os decretos-leis? É muito duvidoso que seja, se não forem tomadas medidas eficazes nos cinco anos que restam para a transição, para reforçar a capacidade legislativa da actual Assembleia Legislativa, elevando o nível de conhecimentos legais dos seus membros, especialmente entre os membros chineses, e aperfeiçoando as instituições auxiliares que poderiam prover uma ajuda substancial aos membros da Assembleia Legislativa, especialmente no aspecto legal. Uma Assembleia Legislativa mais forte significa um passo em frente na direcção da democratização da estrutura política.

Um outro aspecto para atingir este objectivo é aumentar a participação política dos cidadãos, especialmente entre a população chinesa, muitos dos quais são imigrantes recentes da China com uma educação deficiente, e um fraco sentido de pertença. A taxa de voto nas eleições locais desde 1984, quando os chineses foram autorizados a votar, ainda se mantém num nível baixo em comparação com Hong Kong.

Uma educação cívica, intensiva e sistemática, tem de ser levada a cabo entre estes sectores da população, especialmente entre jovens, de modo a que estes possam ter um melhor conhecimento da história e identidade de Macau e a eleger pessoas com mais capacidades de lutar por um futuro brilhante, não deixando a legislatura ser apenas um simples «carimbo de borracha» da Administração. Macau não possui esta educação. A apatia política ainda prevalece entre vastos sectores da população, embora as eleições recentes tenham demonstrado algum progresso.

Contudo, é muito estimulante notar que durante a discussão da Lei Básica, as pessoas mostraram grandes preocupações em defender as

⁷ Ver o anexo I, parte 3, da Declaração Conjunta, e os artigos 7.º, 50.º e 56.º da Lei Básica de Macau.

suas liberdades, estipuladas na Constituição Portuguesa, como resultado do incidente de Tiananmen em 1989, quando 1/4 da população de Macau levou a cabo manifestações nas ruas contra o totalitarismo e a autocracia, a favor da liberdade e da democracia.

Uma grande parte das sugestões e críticas apontadas à Comissão de Redacção da Lei Básica centrava-se na defesa desses direitos, especialmente da liberdade de expressão, de associação e de movimentos e exigindo estipulações mais claras na Lei Básica. Já no fim, os dois convénios internacionais sobre os Direitos do Homem foram alargados de Portugal a Macau e inscritos na Lei Básica. Foi uma grande vitória para a população de Macau⁸.

Mas muitas pessoas ainda estão preocupadas com a possibilidade de virem a perder as suas liberdades após 1999 e optam pela emigração. É, outra vez, uma questão de reforçar a educação cívica, encorajando largamente a participação política da população a defender os seus direitos individuais e a ter mais confiança no futuro.

Trata-se também do encorajamento e da tolerância de Pequim, em termos concretos, durante o período de transição, de ser fiel à sua promessa de dar à população de Macau um elevado grau de autonomia após 1999.

1.2. A REFORMA JUDICIÁRIA

Outro problema principal na transição política é como herdar e preservar a cultura jurídica existente, estipulada pela Declaração Conjunta e pela Lei Básica⁹, mediante a localização das leis portuguesas prevaletentes e das suas instituições judiciárias relevantes. É uma das tarefas mais difíceis durante o período de transição, muito mais complicada do que em Hong Kong, que começou a localização e a reforma judiciária muito antes de Macau.

Certamente muito tem sido feito em Macau durante a transição, especialmente depois da alteração do Estatuto Orgânico, em 1990, permitindo a Macau ter mais autonomia judiciária e melhorar o seu sistema judiciário, na criação de um Tribunal Superior, de um Tribunal de Contas, e promulgando uma série de leis novas para promover a reforma do sistema judiciário. Existem, no entanto, ainda muitos problemas para resolver, a fim de satisfazer as condições expressas na Declaração Conjunta e na Lei Básica.

Foi criado um departamento especial na Administração para se debruçar sobre a modernização legislativa, seleccionando, classificando e modificando as leis existentes, algumas delas com mais de cem anos

⁸ Ver o artigo 40.º da Lei Básica de Macau, e comparar com o anexo I, parte 5, da Declaração Conjunta, quando os convénios internacionais ainda não tinham sido alargados a Macau.

⁹ Ver o anexo I, parte 3, alínea 2, da Declaração Conjunta e o artigo 8.º da Lei Básica de Macau.

de existência, sem terem sido adaptadas às novas condições locais. É uma tarefa muito árdua, estando em causa um alto nível de profissionalismo no que se refere em saber exactamente o que Macau necessita para o seu desenvolvimento actual e futuro, abrindo possibilidades para absorver as leis úteis de outros sistemas legais, tais como algumas leis de Hong Kong para as actividades comerciais, e algumas das leis cívicas chinesas no tratamento dos costumes chineses. É um processo criativo no estabelecimento do singular sistema legal de Macau, baseado no sistema português, mas adaptado localmente e diferente do de Hong Kong e do da China Continental.

Também foi criado um outro departamento para a tradução das leis existentes para chinês, que partiu quase do ponto zero, visto não existirem peritos legais bilíngues, fluentes nas línguas portuguesa e chinesa e que hajam adquirido um certo nível de formação jurídica, com um bom conhecimento das leis portuguesas e chinesas. Assim existe a necessidade de diversos tipos de peritos terem de trabalhar em conjunto para realizar um trabalho bem feito. Este trabalho tem de ser executado de modo a que a versão chinesa das leis venha a ter o mesmo rigor e validade que a versão portuguesa, e também criar condições para legislações bilíngues.

No passado, as traduções dos documentos locais foram mal executadas, com muitos erros e difíceis de entender por parte dos leitores chineses. Não existiam então advogados que pudessem ler e escrever em chinês, e também não existiam juizes que dominassem a língua chinesa, e as traduções só eram parcialmente executadas no processo legal. A legislação era exclusivamente feita em português, e como tal a população chinesa vivia «legalmente cega», com pouco conhecimento da lei.

Uma recente sondagem e um estudo feito por um famoso sociólogo e jurista português mostrou que a lei portuguesa não se enraizou entre a população chinesa, e que a percentagem da população chinesa que recorre aos Tribunais para resolver os conflitos sociais era baixa, preferindo resolver os problemas através dos vizinhos e outras organizações cívicas ou por intermédio dos templos e da igreja.

Será difícil preservar o actual sistema legal se a maioria da população não compreender, aceitar e obedecer à lei. Por isso a formação de juristas bilíngues — advogados, juizes, procuradores, notários públicos, etc. — é a chave para a solução do problema. A Faculdade de Direito da Universidade de Macau tem vindo a trabalhar intensamente na formação de juristas locais. Os tribunais e a procuradoria têm vindo a criar postos de «auxiliares jurídicos» para os locais, para que estes sirvam de juizes, procuradores e auditores após uma certa formação. Temos de contar com estes profissionais jurídicos para divulgar a lei entre a população chinesa.

A questão é a de saber se haverá tempo suficiente para formar muitos destes profissionais locais com uma experiência adequada até 1999, e de ser capaz de seleccionar entre eles, entre os residentes chineses permanentes, pessoas qualificadas para tomar posse do posto

de Juiz-Presidente do Ministério Público e de Procurador, como é exigido na Lei Básica¹⁰. Existem ainda muitas dúvidas se tal irá ser possível se não se adoptarem medidas transitórias e flexíveis, sem afectar a qualidade e a independência do sistema judiciário, que é necessário preservar, como estipula a Declaração Conjunta.

A preservação da qualidade e da independência do sistema judiciário está de facto relacionada com o problema da preservação e reforço do domínio do direito, que serve de base para a preservação da identidade de Macau.

1.3. A REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO

Preservar e perpetuar a cultura administrativa é outro aspecto importante durante a transição, que está relacionado com a modernização e a eficiência da estrutura administrativa do Território, com a redução da burocracia, das formalidades e da corrupção, aumentando a sua transparência e eficiência, a fim de fazer frente ao rápido desenvolvimento socioeconómico do Território. Esta questão deve ser associada à tarefa de implementar a língua chinesa como língua oficial de comunicação, e localizando os mais antigos funcionários da Administração.

Desde a Revolução Portuguesa de 1974, especialmente desde que Portugal reatou as relações diplomáticas com a China em 1979, os Governadores de Macau têm vindo a ocupar-se da modernização da administração do Território, mas com resultados escassos devido às frequentes mudanças na Administração e à falta de firmeza e de consistência política a longo prazo. O resultado é que Macau está atrasado em relação a Hong Kong em termos de transparência e eficiência administrativa, perdendo na competição para atrair mais investidores estrangeiros.

Apenas nos últimos tempos se têm alcançado alguns resultados. O posto de Alto Comissário Contra a Corrupção e Ilegalidade Administrativa foi criado para apoiar o Governador na luta contra a corrupção e outras actividades ilegais na administração. Já se iniciou o movimento para reestruturar os departamentos do Governo. Está a ser dada formação profissional aos funcionários públicos para elevar as suas capacidades e competência. A língua chinesa foi oficializada em Janeiro de 1992, e a comunicação com a comunidade local chinesa tem melhorado.

Mas isto é apenas o começo. Está-se ainda longe de atingir um nível satisfatório de uma administração eficiente e transparente que as pessoas possam aprovar plenamente. Existe ainda o risco da administração ser remodelada ou substituída pelas autoridades de Pequim após 1999, se continuar a ser incompetente, burocrática e corrupta, o que significaria o fim da continuação da filosofia administrativa portuguesa.

Mais uma vez, a solução-chave é a localização, que tem vindo a ser sempre criticada pelas autoridades de Pequim por ter um progresso

¹⁰ Ver os artigos 88.º e 90.º da Lei Básica de Macau.

lento. Um dos principais obstáculos foi a não existência de um conceito claro e um profundo conhecimento sobre o significado da localização entre muitos responsáveis da administração.

O processo de transição em Macau é muito diferente dos processos de descolonização que se deram na Índia e na África. Temos um fundo cultural diferente, com apenas três por cento da população a falar a língua portuguesa, especialmente nas áreas administrativa, legislativa e judicial. Os restantes não se preocupam em aprender português e preferem aprender inglês como língua estrangeira mais em uso, frequentando universidades no estrangeiro onde se usa inglês ou chinês. O funcionamento normal da administração depende na maioria dos casos, dos macaenses, que ocupam posições médias e são bilíngues, e que desempenham o papel de intermediários entre os funcionários superiores vindos de Portugal, que não falam o chinês, e os funcionários públicos de baixa categoria e a comunidade chinesa, que não dominam o português.

Como os funcionários superiores mais cedo ou mais tarde irão regressar a Portugal antes de 1999, surge o problema da substituição ou localização. Quem serão os alvos da localização? Com certeza os macaenses e os chineses de Macau.

Um grande número de macaenses não lê nem escreve chinês, e assim não poderão competir com os colegas chineses após 1999, caso não estudem chinês e muitos deles ainda não decidiram se devem ficar ou sair. Eles não têm a certeza de poderem manter a nacionalidade portuguesa após 1999, sem ser discriminados, apesar das promessas feitas pelas autoridades chinesas.

Há pouco tempo, foi aprovado pelas autoridades de Lisboa um projecto de lei, o qual permite que os funcionários públicos de Macau que falam português e de nacionalidade portuguesa sejam integrados nos serviços públicos em Portugal, dando-lhes o prazo de um ano para fazerem a escolha. Portanto, em Maio de 1995, a Administração terá na sua posse uma lista explícita dos que querem e dos que não querem ficar, tornando-se assim mais fácil seleccionar os candidatos para a localização.

No que diz respeito aos funcionários públicos de origem chinesa, que usam o chinês como língua materna, e que receberam educação secundária e terciária nas escolas chinesas e inglesas, o seu problema principal é aprender português e estarem familiarizados com a cultura e a administração portuguesa. Foi elaborado um curso especial de um ano (conhecido como PEP/Programa de Estudos em Portugal) para eles, em Portugal, que após estarem qualificados poderão vir a assumir postos de técnicos superiores na administração pública de Macau.

Paralelamente ao PEP, existe outro curso chamado CLAC (Curso de Língua e Administração Chinesa), em Pequim, destinado a pessoas com educação portuguesa, para aprender mandarim e familiarizar-se com a administração chinesa.

Certamente ambos, os estudantes do PEP e do CLAC, terão de

continuar a aperfeiçoar as suas capacidades ao nível de uma linguagem de trabalho. Para os funcionários públicos, especialmente aqueles em cargos intermediários e superiores, dever-lhes-ia ser concedido tempo suficiente para dominar as línguas chinesa e portuguesa.

Deverão ser concedidos incentivos morais e materiais para aqueles que aperfeiçoem as suas capacidades bilíngues, o que deveria ser considerado como um importante critério de promoção.

Além disso, precisamos de um grande número de tradutores competentes, especialmente em português e chinês, e também em outras línguas, para que se possam traduzir temas específicos em diferentes sectores da administração, e para elevar a capacidade da administração de Macau em poder comunicar melhor com a sua própria e outras comunidades do mundo. A responsabilidade de formar tradutores está a cargo das escolas de tradutores do Instituto Politécnico e da Universidade de Macau.

Como o tempo que resta para a localização é cada vez mais curto, as autoridades estão a trabalhar intensamente para calendarizar o processo da localização até ao final de 1999. Uma das medidas-chave para acelerar a localização é criar postos de adjunto de director e administrador a vários níveis, escolhendo os melhores candidatos entre os que querem ficar, dando-lhes uma formação e orientação especial sobre o trabalho, de modo a que estejam aptos e prontos a substituir os seus superiores que vão retirar-se".

A formação para os adjuntos a nível de departamento (serviço/direcção) deve ser vista com especial atenção, visto que eles serão os chefes principais da administração do futuro Governo da Região Administrativa Especial para continuar a cultura administrativa de Macau do próximo século.

Durante a formação, eles devem ter tempo suficiente para o aprofundamento do seu conhecimento da profissão, bem como do aperfeiçoamento da sua experiência prática. Os níveis e as exigências para a qualificação devem ser estabelecidos mediante provas e concursos.

Ao localizar cerca de 100 postos superiores no serviço público, estamos ainda atrasados em relação a Hong Kong, que tem promovido os locais para postos de destaque como, «chief secretary». Mas nós podemos alcançar este nível, se trabalharmos intensamente na selecção e formação dos mesmos quadros superiores.

Estamos em melhor situação do que Hong Kong na preservação do serviço público após 1999, baseado na Declaração Conjunta e na Lei Básica, porque as relações sino-portuguesas têm sido muito melhores do que as relações sino-britânicas. Devemos tirar proveito tanto quanto possível desta situação política.

Mas somente com a execução rigorosa dos planos e calendários

¹¹ Em Fevereiro de 1994, a Administração autorizou a criação de postos de «adjuntos» a vários níveis, insistindo na selecção de candidatos.

para a modernização e localização do serviço público nos cinco anos restantes do período de transição, será possível estabelecer uma administração bilíngue, transparente e eficiente em 1999, preversando a sua identidade e capaz de competir com as regiões vizinhas.

2. A TRANSIÇÃO ECONÓMICA

Para a preservação da identidade política de Macau, devemos ter uma firme base económica capaz de sobreviver dentro da crescente e acentuada competição com as regiões vizinhas.

Macau é um local privilegiado por estar situado na região de mais acelerado desenvolvimento económico, região que se localiza na margem ocidental do Delta do Rio das Pérolas, a qual tem a mais elevada taxa de crescimento na China. A integração económica entre Hong Kong, Macau, China (principalmente as províncias meridionais de Cantão e Fujian) e Taiwan, na década passada, tem tido um desenvolvimento sem precedentes, e poderá tornar-se num dos maiores blocos económicos do mundo no próximo século, ou o «4.º pólo político e económico internacional», a seguir aos Estados Unidos, Europa e Japão, segundo uma análise recente do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais de Londres.

A posição de Macau nesta região ou bloco tem sido a mais fraca, embora o seu crescimento económico seja um dos mais altos nas últimas duas décadas, e o seu Produto Interno Bruto *per capita* (cerca de US\$ 14,000) ocupe o 5.º lugar na Ásia, depois do Japão, Brunei, Singapura e Hong Kong. A sua fraqueza situa-se na pequenez do Território (18 km², menos do que 2 por cento da superfície de Hong Kong), nas suas fracas infra-estruturas, na sua dependência de Hong Kong em vários aspectos, na sua baixa atracção em relação a investimentos estrangeiros (somente cerca de 4 por cento têm a sua origem em outros países, para além de Hong Kong e da RPC), no seu baixo nível de educação e na falta de mão-de-obra especializada e de profissionais competentes.

A Zona Económica Especial de Zhuhai, criada em 1980, a partir de uma pequena aldeia, começou logo a ser urbanizada, aproveitando a sua proximidade em relação a Macau (o qual é o segundo maior investidor na zona, e a porta de contacto para o mundo exterior), transformando--se assim rapidamente numa cidade moderna 10 vezes maior do que Macau. No presente momento, Zhuhai está a ultrapassar Macau em vários aspectos, existindo também a ambição de tornar Macau num «distrito» de Zhuhai, após 1999, pelo menos em termos económicos, caso Macau não seja capaz de superar a sua fraqueza, de desenvolver os seus pontos fortes, e de manter a sua identidade.

Na realidade, Macau tem vindo a fazer enormes esforços na última década no sentido de melhorar as suas infra-estruturas. Em primeiro lugar, o Território deve sentir-se orgulhoso por ter estabelecido um sistema de telecomunicações de nível internacional, ainda mais moder-

no do que o sistema de Hong Kong. O aeroporto internacional de Macau, embora tendo uma capacidade muito menor do que o actual aeroporto de Kai Tak em Hong Kong¹², estará em funcionamento a partir de 1995, altura em que o aeroporto de Kai Tak estará já demasiado saturado, e quando Hong Kong tenta que o seu novo aeroporto esteja pronto em 1999. Macau construiu um novo terminal de contentores e de combustíveis em Ká Hó, na ilha de Coloane, com potencial para se poder expandir ainda mais, apesar de não poder ser usado como porto de águas profundas para os navios de mais de 5 000 toneladas, devido às suas limitações geográficas. A segunda ponte entre a península de Macau e a ilha da Taipa está concluída, aproximando mais as duas ilhas e tornando possível um maior desenvolvimento. O novo terminal entre Macau e Hong Kong entrou em funcionamento, usando os mais modernos barcos de alta velocidade do mundo. Macau está a colaborar com Cantão e Zhuhai para construir uma linha ferroviária e uma auto-estrada com ligação a Cantão e ao resto da China.

Macau tem vindo a aumentar o seu território por meio de aterros, o que presentemente já representa 1/3 da sua área original.

Estes continuarão a expandir-se por mais uns 4 ou 5 km², nomeadamente no que se refere ao projecto da Praia Grande e à nova zona entre a Taipa e Coloane. Poderá existir mais espaço quando o espaço das ilhas D. João e Montanha, três vezes maior do que Macau, se tornar uma «zona livre» ligado por pontes de acesso directo à Taipa e a Coloane. Mais espaço virá trazer mais crescimento no sector da construção civil.

Presentemente, discute-se de forma acalorada a possibilidade de aumentar a população dos actuais 400 000¹³ para um milhão no final do século, importando mão-de-obra especializada e profissionais da RPC.

O espaço limitado, a população e as infra-estruturas de Macau só poderão desempenhar um papel importante se os seus pontos fortes forem ainda mais desenvolvidos, nomeadamente como o segundo porto franco no Delta do Rio das Pérolas depois do de Hong Kong, ligando as regiões contíguas da China continental com o mercado internacional, e sendo uma ponte extraordinária na ligação da China (incluindo Taiwan) com a União Europeia (UE) e a América Latina.

O acordo especial entre a CE e Macau¹⁴, o qual providencia uma completa cooperação preferencial em várias áreas, desde o comércio, o

¹² Está previsto que o aeroporto de Macau possa chegar a receber 4 000 passageiros por dia, no ano 2010, o que representa apenas 52 por cento do movimento no aeroporto de Kai Tak de Hong Kong, em 1988.

¹³ Segundo o recenseamento oficial de 1991, Macau tinha uma população de 355 693, na qual não foram incluídos os cerca de 47 000 residentes que viviam temporariamente no Território.

¹⁴ Em Junho de 1992, Macau e a Comunidade Europeia assinaram um acordo de comércio e de cooperação, concedendo mutuamente o estatuto da nação mais favorecida por um período consecutivo de cinco anos, abrangendo várias áreas e concentrando-se no desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

investimento, e o turismo, até à ciência e à tecnologia, à informação e à gestão, e a criação do Centro Euro Info, fornecendo informação em dois sentidos sobre o comércio e investimento entre a CE e a região, são duas fortes alavancas para o desenvolvimento do Território, que nenhum outro local da região, salvo Macau, poderia fornecer.

Enfrentando a ameaça constante dos Estados Unidos de cancelar o estatuto da China como Nação Mais Favorecida, que poderia vir a arruinar a economia da região, seria uma alternativa excelente diversificar o mercado da região, dos Estados Unidos para os países de língua latina, o qual abrange 1/3 da população mundial. Isto podia ser feito mais facilmente, utilizando as ligações naturais entre Macau e aqueles países, dadas as semelhantes na língua e na lei.

É óbvio que Macau está a avançar rapidamente para se tornar um centro de serviços com uma identidade própria na região. A percentagem do sector fabril no Produto Interno Bruto tem vindo a declinar fortemente, uma vez que a mão-de-obra é mais barata na RPC e nos países do Sudeste da Ásia para as indústrias de mão-de-obra intensiva como os têxteis, brinquedos, electrónica, porcelana, móveis, etc., as quais foram outrora as principais indústrias de Macau, ao passo que a percentagem do sector de serviços, incluindo a banca, o turismo, «catering» e outros serviços têm contribuído com mais de 70 por cento do Produto Interno Bruto de Macau nos últimos anos.

Que tipo de serviço pode Macau fornecer, e quais são as suas características?

2.1. «FRONT DESK» PARA A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Os investidores locais e estrangeiros no Território têm vindo a usar Macau como «front desk», para transferir legalmente 70 por cento dos seus equipamentos de manufatura para o Delta e outras regiões interiores, onde a mão-de-obra e as matérias-primas são mais baratas, sendo o processamento final feito em Macau, consequentemente produzindo mais mercadorias competitivas e fazendo uso da quota de Macau para exportação, bem como o acesso facilitado à CE e aos países de língua latina. A «front desk» fornece o interior com informação sobre perspectivas do mercado, «design de produtos», tecnologia, equipamento e fundos. Este tipo de «front desk», que ocupa pouco espaço, é de facto mais barato do que em Hong Kong, devido aos preços mais baixos em Macau, do terreno, da renda e da alimentação, além de outras comodidades.

Este tipo de operação de «front desk» está também a obrigar Macau a elevar a sua indústria de baixa tecnologia para a de alta tecnologia. Ainda é vantajoso operar com empresas de alta tecnologia em Macau, se for possível contratar mão-de-obra especializada e técnicos da RPC, produzindo artigos mais baratos do que outros centros de alta tecnologia da região, tais como Taiwan, Singapura, Japão, Coreia do Sul e Hong Kong, e usando os canais de Macau para exportação. O aeroporto

internacional de Macau fornece os meios ideais de transporte para mercadorias de alta tecnologia.

Os negociantes, especialmente os de Taiwan, estão interessados em usar estas empresas de alta tecnologia como um centro para formação e transferência de tecnologia para a RPC, sendo mais fácil dirigir estas operações a partir de Macau do que directamente de Taiwan, e também menos arriscado do que a partir de Hong Kong, porque Macau irá ser durante mais dois anos um território sob administração portuguesa, antes de se tornar uma Região Económica Especial da República Popular da China.

Mesmo os empresários da RPC, tais como os da vizinha Zhuhai e Shengzhen, como também os de Xangai mais a norte, estão interessados em usar Macau como uma ponte, produzindo mercadorias de alto valor acrescentado, para penetrar no mercado internacional.

Os empresários europeus, sobretudo os dos países latinos, também poderão usar Macau como «front desk» ou base para penetrar no mercado da RPC, especialmente na parte ocidental do Delta, que está mais perto de Macau, com um alto potencial de desenvolvimento e mais rica do que a parte oriental.

Para transformar Macau numa base ou «front desk» ideal para os investidores, a Administração de Macau tem ainda muito a fazer para atrair o investimento estrangeiro, como seja actualizar os seus regulamentos de imigração, facilitando aos investidores e respectivas famílias o estabelecimento em Macau, e simplificando os processos e formalidades administrativas, a fim de poderem estabelecer as suas «front desk» com mais rapidez. O Código Comercial deve ser actualizado e os regulamentos para o estabelecimento de empresas de alta tecnologia, especialmente no recém-aberto parque industrial da Concórdia¹⁵, deveriam ser mais favoráveis do que nas outras regiões.

2.2. UM ENTREPOSTO PARA REIMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO NA REGIÃO

Macau, sendo um porto franco, podia e devia fornecer melhor e menos dispendioso serviço para transporte de mercadorias através do seu aeroporto e terminal de contentores, em competição com Hong Kong, Zhuhai, e outras cidades na região.

O papel de Macau como um entreposto servirá principalmente a parte ocidental do Delta, que tem uma superfície de 16 000 km² e uma população de 9 milhões, abrangendo seis municípios, e que se está a desenvolver a uma taxa de crescimento de 20 a 30 por cento ao ano. Existem nesta área apenas dois aeroportos domésticos e quatro portos, e somente um destes pode ser utilizado como porto de águas profundas,

¹⁵ O parque industrial da Concórdia está situado numa zona de aterros da ilha de Coloane, tendo uma superfície de 330 000 m², dos quais 120 000 m² serão utilizados para as indústrias de alta tecnologia.

mais fundo do que o porto de Ká Hó de Macau¹⁶.

Quando a via-férrea ligar Macau com o resto da China, o porto franco de Macau pode também servir o vasto espaço interior das províncias ocidentais do Sul da China, tais como Guizhou, Sichuan, Yunan e Guangxi, que são muito ricas em recursos naturais. Elas procuram um porto franco ao longo da costa ocidental de Cantão, que é Macau. Um «corredor» novo por via fluvial, por estrada, caminho-de-ferro e rota aérea podia ligar estas províncias com Macau, formando assim uma nova «rota da seda» do sudoeste, trazendo assim prosperidade a esta região subdesenvolvida.

O fluxo das mercadorias do Norte e do Centro da China para o Sul está a ser compartilhado por uma segunda ferrovia, que estará completada em 1996, alinhando paralelamente com a antiga linha férrea de Pequim-Cantão. Os seus principais entrepostos são Cantão e Hong Kong, mas Macau também poderá vir a ter uma pequena participação.

O que Macau necessita é de providenciar e melhorar as suas instalações de entreposto, em termos de gestão e de custos.

2.3. UM CENTRO REGIONAL DE FINANCIAMENTO

Embora Macau ainda seja uma sombra de Hong Kong em termos financeiros, e ainda se encontre longe de criar o seu próprio mercado de acções, está a transformar-se rapidamente num centro financeiro regional, aproveitando-se da sua baixa taxa de impostos, dos seus modernos serviços de telecomunicações, das suas ligações directas com os principais centros financeiros do mundo e do aperfeiçoamento contínuo dos seus regulamentos bancários.

Além dos bancos chineses e portugueses, têm também sucursais em Macau os bancos da França, Alemanha e Inglaterra, desenvolvendo uma rápida actividade bancária no estrangeiro, e direccionando os seus negócios para a RPC. Em 1991, os fundos canalizados para Cantão através de Macau foram na ordem de 120 milhões de dólares americanos, e têm vindo a duplicar desde então. O investimento directo de Macau na China ronda um montante de 4,7 biliões de dólares americanos.

A necessidade urgente de fundos para o desenvolvimento é facilitada ainda mais pelo estabelecimento de sucursais dos bancos de Macau, incluindo os bancos portugueses, nas regiões vizinhas, que esperam vir a canalizar mais fundos da Europa para esta região, via Macau.

¹⁶ Na parte ocidental do Delta do Rio das Pérolas, existem três, aeroportos domésticos, o de Foshan, o de Zhuhai e o de Shenzhen. Os quatro portos marítimos existentes nesta zona, são os portos de Sunde, de Zhongshan, de Kouchou e o de Zhuhai, sendo o último, o único que pode ser usado como um porto de águas profundas de mais de 10 metros.

2.4. UM CENTRO DE FORMAÇÃO E DE INFORMAÇÃO

Desde que a China reabriu as suas portas em 1978, Macau tornou-se uma segunda «janela» para a China, especialmente para a região do Delta, na obtenção de informação em primeira mão sobre comércio, investimento, tecnologia e gestão, informação esta que envia para a China por via dos seus escritórios em Macau, a fim de desenvolver os seus próprios negócios na China.

O segundo passo que se está a dar é o estabelecimento de escritórios e empresas em Portugal e noutros países da CE via Macau. Um grande número de municípios na parte ocidental do Delta deve a sua prosperidade à expansão do seu comércio no estrangeiro via Macau.

No momento em que a China se está a transformar rapidamente numa economia de mercado, existe uma forte carência na formação de uma nova geração de gerentes, que saibam precisamente como proceder segundo as estruturas do mercado. Um grande número de municípios, incluindo os de Cantão e de Xangai, estão a planear enviar os seus gerentes a Macau para observação e estudo do modo de operar das empresas «capitalistas». O custo da formação em Macau é mais barato do que em Hong Kong, ou do que em qualquer outro país ocidental.

Macau tem vindo a ser igualmente usado por homens de negócios estrangeiros, como um suplemento de Hong Kong com vista à obtenção de informação comercial sobre a China, especialmente na parte ocidental do Delta.

2.5. UMA LIGAÇÃO IMPORTANTE NO TRIÂNGULO DOURADO DO TURISMO

O fluxo de turistas e visitantes para Macau atingiu quase cerca de 8 milhões em 1993, ou seja cerca de 20 vezes a sua população, constituindo um rendimento substancial para o Território.

É interessante notar que a percentagem de turistas oriundos de regiões em vias de desenvolvimento rápido, como sejam Taiwan, Coreia do Sul e a RPC tem vindo a aumentar, continuando no entanto a maioria dos visitantes a ser proveniente de Hong Kong.

Para a maioria dos visitantes, a atracção principal é ainda o jogo, com todos os tipos de variedades e exclusivismo da região. Depois seguem-se as actividades de diversão, como sejam as corridas de automóveis do Grande Prémio, o espectáculo permanente do Crazy Paris Show, os clubes eróticos nocturnos e os restaurantes exóticos de culinárias típicas e variadas.

No entanto, o turismo baseado no jogo é muito frágil. Ironicamente as pessoas têm comentado que a economia de Macau sofreria um colapso, caso Stanley Ho fechasse os seus casinos.

Mas existe uma outra atracção sem igual, que é o rico património da cultura oriental e ocidental com mais de 4 séculos de existência e ainda mais rico do que o de Hong Kong. As relíquias culturais, como as ruínas de S. Paulo e outros edifícios históricos, estão a ser preservadas

e restauradas, tomando-se medidas preventivas para que não sejam destruídas ou eliminadas, pela comercialização desenfreada e pela caça ao lucro nos bens imobiliários.

Macau, em si, é um museu do património multicultural, uma «mina dourada» à espera de ser explorada e divulgada. Muito há a fazer para descobrir, sistematizar, classificar e promover todo o requinte cultural contido neste ponto entre o Oriente e o Ocidente. Muito tem de ser investido para transformar a cidade num museu vivo, não só na renovação dos velhos edifícios, mas construindo também edifícios novos, de maior escala, como grandes monumentos e centros de cultura. Deve-se investir em Macau para que se torne numa cidade, com educação e diversão, que possa manter os turistas ocupados em visitas de mais do que um dia e que lhes permita ter um conhecimento melhor da sua identidade cultural e proporcionando uma maior entrada de divisas.

Este tipo de turismo cultural podia vir a atrair mais turistas e a diversificar o «turismo» do jogo, podendo vir a ser ligado ao turismo cultural na região, especialmente na parte ocidental do Delta, o qual possui ricos recursos culturais, como a terra natal do Dr. Sun Yat Sen e Kang Yu Wei, o tempo de Confúcio, a montanha de Xiqiao, as grutas de Zhaoqing, etc.

Com a conclusão do aeroporto de Macau e com o crescimento rápido de novos hotéis¹⁷, Macau podia vir a ser a «cabeça do dragão» do turismo cultural na parte ocidental do Delta, criando-se assim um ponto de atracção mais forte no triângulo dourado do turismo, Hong Kong-Macau-Cantão, que seria uma atracção sem paralelo na região da Ásia-Pacífico.

3. A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MACAU

Na transição política e económica para 1999, torna-se cada vez mais importante a preservação da identidade cultural de Macau, a qual distingue Macau de outros lugares da região. Como foi acima mencionado, o forte sabor latino implantado e misturado em solo oriental, manifestado no seu pluralismo étnico, religioso e linguístico, nas leis, na arquitectura, na educação, nos costumes, na culinária, etc., que existe e se desenvolve há mais de 4 séculos, é um rico património cultural que devia ser apreciado, estudado, preservado, desenvolvido e promovido.

De acordo com a análise da primeira e da segunda parte desta conferência, podemos também observar que na política, na economia, e no campo financeiro, Macau não tem muitos pontos fortes para competir com as regiões vizinhas. Não há dúvida que o ponto mais forte e a superioridade de Macau na região consistem na sua cultura.

¹⁷ Num território tão pequeno como Macau, existem nove hotéis de 5 estrelas, quatro de 4 estrelas, nove de 3 estrelas e 14 de 2 e 1 estrelas, além de numerosas «vilas» ou «pensões». A utilização dos quartos dos hotéis aumentou de 12 529 no fim de 1992 para 16 333 em Outubro de 1993.

Por conseguinte, o sucesso ou insucesso na preservação e no desenvolvimento da identidade cultural de Macau, nos próximos anos, será decisivo para a sobrevivência de Macau dentro de uma forte competição após 1999. A consolidação da identidade cultural de Macau podia ajudar o Território a ter maior poder negociado na política e na economia.

De que maneira podemos preservar e desenvolver a identidade cultural de Macau?

3.1. A INTENSIFICAÇÃO DE ESTUDOS E DE PESQUISAS

No passado, durante muito tempo, Macau foi esquecido por ambos os lados, o português e o chinês. Ninguém se importava com o que acontecia em Macau. Muitas noções falsas ainda prevalecem na China sobre Macau. O povo pensava que Macau fazia parte de Hong Kong, que Macau era apenas uma «rua», e nada mais do que uma cidade de jogo e de prostituição...

Foi quando a China reabriu as portas em 1978, especialmente quando as negociações sino-portuguesas se iniciaram para se discutir o futuro de Macau, que os povos da China e de Portugal começaram a prestar mais atenção a este minúsculo território. Durante a redacção da Lei Básica, muitos chineses da RPC ficaram a saber a diferença entre Macau e Hong Kong.

Os intelectuais estrangeiros começaram a afluir a Macau para lançar um olhar sobre esta sociedade museu e descobriram que era um laboratório genuíno para pesquisa, o qual era digno de estudo na sua singularidade, na sua essência multicultural, na coexistência entre as diferentes religiões, na particular mistura étnica e de costumes, na grandiosa contribuição de Macau para a história do intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente... e por fim, mas não menos importante, em generalizar todas essas experiências para o benefício da humanidade, para uma coexistência pacífica e para uma harmonia cheia de diversidade...

É pena que a Universidade de Macau, com mais de uma década de existência, não tenha prestado mais atenção à pesquisa local, existindo muito poucos ensaios sobre assuntos locais. Mas felizmente, as pessoas não ligadas à Universidade e vindas de fora têm vindo a activar a pesquisa, produzindo muitas dissertações sobre Macau, e algumas de boa qualidade.

É altura para se estimular mais a investigação local, que é múltipla e interdisciplinar, abrangendo a linguística, a literatura, a antropologia, a sociologia, a jurisprudência, a política, a economia, a arte, a teologia, a arquitectura, a gastronomia, a música, a história, a filosofia, etc.. Devem ser convidados mais estudiosos quer de Macau quer de fora para realizar este tipo de pesquisa sistemática. Os estudantes licenciados em Macau devem ser encorajados a escolher temas locais quando elaborarem as suas teses de mestrado e de doutoramento.

Deste modo, poderíamos criar uma nova secção interdisciplinar da

ciência, chamada «Macaulogia», a qual poderia vir a ser capaz de dar uma explicação e descrição profunda, científica e correcta, da identidade de Macau, do seu passado, presente e futuro.

Se a «HongKonglogia» foi já criada para Hong Kong, porque não «Macaulogia» para Macau?

Devem ser encorajados seminários de natureza internacional para troca de resultados de estudos e de pesquisas nas várias esferas de acção da «Macaulogia», promovendo assim um melhor conhecimento de Macau entre a sua própria população, bem como de outras pessoas.

Os estudos comparados são uma parte importante da «Macaulogia». Só através da comparação com outros podem as pessoas vir a ter um melhor conhecimento da própria identidade de Macau.

3.2. A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO CÍVICA

Os resultados dos estudos científicos de «Macaulogia» devem ser traduzidos, reescritos e explicados em linguagem simples para a compreensão do cidadão comum, em forma de livros de texto, brochuras, panfletos, artigos simples nos jornais, e mesmo através da pintura, vídeos e filmes.

É na realidade uma pena e uma tragédia que no passado muito pouco tenha sido feito neste sentido. Muitos estudantes possivelmente possuem mais conhecimentos sobre Portugal, China ou Hong Kong, mas quase nada de Macau, por não haver livros de estudo sobre a geografia, a história, a economia, a política, a jurisprudência e a cultura de Macau. Mesmo os professores têm pouco conhecimento destas matérias. Não foram encorajados a saber mais sobre Macau. Apenas um pequeno número de escolas submete os seus estudantes a testes sobre Macau.

É por isso que muitos cidadãos, jovens e idosos, não têm nenhum sentimento de pertença. Não lhes importa ter um conhecimento acerca de Macau e sobre o lugar onde residem. Muitos dos que conseguiram estudar no exterior não querem regressar a Macau para trabalhar. A sua participação nas actividades públicas, não mencionando as actividades políticas, com certas excepções, tem sido sempre baixa. A sua consciência cívica sobre a protecção do ambiente, observação da lei e dos regulamentos, esforços na criação dum futuro melhor, é igualmente baixa.

Além do mais, há muitos emigrantes novos vindos da China¹⁸ que conhecem muito pouco ou absolutamente nada de Macau. São estes emigrantes que necessitam urgentemente de uma educação cívica intensiva.

¹⁸ Macau é um território de imigrantes; só 40,2 por cento nasceram em Macau, 50,4 por cento nasceram na China continental, e os restantes 9,4 por cento noutros países ou territórios. Apenas 36,5 por cento residem permanentemente em Macau, ao passo que 49,6 por cento vivem em Macau há menos de 15 anos, principalmente depois da abertura da China ao exterior em 1978.

A educação cívica sobre a identidade de Macau deve começar nas escolas primárias vale ser continuada nas escolas secundárias e intensificada nas universidades. Deve ser introduzida como disciplina obrigatória nas escolas. Podia ser realizada em grande escala entre a população, com o apoio de várias associações e da comunicação social. Concursos sobre estes temas podiam ser organizados entre os estudantes e a população em geral, concedendo-se prémios atractivos, e deviam também promover-se excursões para conhecer melhor Macau.

Deve ser estabelecida uma comissão especial com o apoio da Administração para coordenar o trabalho de redacção de materiais para a educação cívica.

Somente se a população de Macau estiver consciente da sua própria identidade e pronta a defendê-la, poderá a identidade de Macau sobreviver durante as gerações futuras.

3.3. MAIS INVESTIMENTOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE MACAU

Foi um factor positivo que Macau desde cedo tenha começado a preservar o seu património arquitectónico, mediante uma legislação estrita, classificando-se as relíquias e os edifícios que necessitam de ser preservados e renovados segundo os seus valores culturais e históricos, colocando-se certas limitações à reconstrução de certas áreas, impedindo que percam a sua traça original.

Foi um grande contraste em relação a Hong Kong, onde quase nenhum elemento histórico foi preservado, tendo sido substituído por uma selva de betão. Também representa um grande contraste em relação à RPC, onde as relíquias foram destruídas durante as guerras e durante a Revolução Cultural.

Macau teve a sorte de ter podido preservar o seu património desde o tempo dos Descobrimentos, dos Jesuítas, das dinastias Ming e Ching, dos pioneiros da revolução chinesa, como os templos, as igrejas, as fortalezas, os edifícios e lojas, os jardins e mesmo algumas ruas típicas, os becos e cemitérios com todos os seus arquivos anexos conservados intactos.

É um vasto tesouro que atraiu igualmente a atenção das Nações Unidas, um património da humanidade que merece ser protegido. É por isso que foi explicitamente escrito na Declaração Conjunta e na Lei Básica que Macau é um território a ser protegido.

Todas estas relíquias são cristalizações da cultura oriental e ocidental, como sejam a fachada de S. Paulo, o jardim de Lou Lim Iok, a rua de S. Lázaro, etc., abrangendo quase 1/5 da totalidade dos edifícios e elementos arquitectónicos de Macau que têm características semelhantes.

Parece ser necessário haver mais investimento na restauração das fachadas, ou pelo menos evitar a sua degradação. Algumas ruas ou becos podiam ser convertidos em áreas culturais, restaurando assim a sua

atmosfera original. Algumas casas típicas podiam ser convertidas em museus. Tem de ser feito um estudo cuidadoso para converter partes da península de Macau e partes das ilhas num museu vivo, que seja utilizado para explicar à população, de uma forma viva, o seu próprio património.

Além disso, Macau precisa de construir um museu de história, para explicar à nova geração e aos turistas de um modo sistemático e expressivo, toda a história de Macau como ponto de encontro e entrosamento entre o Oriente e o Ocidente.

3.4. A PRESERVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS BILÍNGUES OU MULTICULTURAS

As características bilíngues e multiculturais têm de ser preservadas não somente na administração, na legislação e na jurisdição, mas também nas publicações, no jornalismo, na educação, na arte, na música, nos costumes, na culinária, etc., em suma, em todos os aspectos sociais, de modo a que se torne um costume natural do povo.

Na realidade, estes costumes já existem, e estão mesmo legalizados, tais como as celebrações das festividades do Oriente e do Ocidente, estabelecidos como feriados públicos, as festas nupciais nas tradições oriental e ocidental, etc. Mas existe a necessidade de maior acentuação mediante regulamentos, acordos, etc. numa base voluntária (às vezes obrigatória). As escolas, as associações e mesmo a Igreja, são os melhores canais de implementação e manutenção desta tradição.

Podemos vir a aprender através de Singapura e do Canadá como se pode preservar o sistema e a tradição bilíngue e multicultural.

À experiência revela que a formação contínua de bons tradutores é a melhor maneira de ter uma boa comunicação entre os diferentes grupos étnicos e outras comunidades.

À medida que Macau se vai tornando uma cidade internacional com uma forte cultura latina, será necessário formar tradutores nas diferentes línguas, especialmente nas línguas latinas. A Universidade devia interessar-se por este assunto, dando preferência ao sistema latino (não ao anglo-saxónico) em combinação com o sistema chinês, e deste modo podia vir a distinguir-se dos sistemas de Hong Kong e da China continental.

O Festival Internacional de Música e o Festival de Artes, com artistas orientais e ocidentais actuando todos os anos em conjunto em Macau, são um bom exemplo no sentido de deixar viva a cultura oriental e ocidental entre a população.

4. CONCLUSÃO

A luta pela preservação da identidade de Macau durante os cinco anos que restam até à transição é um esforço comum da Administração e da população de Macau, dos intelectuais, dos pedagogos, dos activistas e de todos aqueles que estão interessados no futuro de Macau. Devem

partilhar as responsabilidades de um objectivo comum.

Também é necessário que obtenha o apoio das autoridades e do povo de ambos os países, Portugal e China, no que diz respeito à implementação concreta da Declaração Conjunta assinada pelas duas nações, à concretização de «um país, dois sistemas» e à manutenção de um «elevado grau de autonomia» para Macau após 1999.

Para Portugal e para o povo português, isto significaria a continuidade da presença portuguesa, sem administração portuguesa, para as gerações vindouras, e a preservação de uma ponte no Extremo Oriente que continuará a promover contactos em vários campos entre Portugal, a Europa e a China, entre os países de língua latina e o Oriente, para benefício de uma compreensão mútua e de uma paz duradoura entre o género humano.